

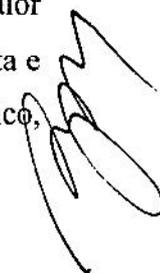
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Ata da Reunião Ordinária de 20 de Julho de 2023

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, Presidente Marcelo Manara abriu a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, agradece a presença de todos na plenária e também aqueles que estão participando via remota. Justifica a ausência na plenária de Renato Veneziani do Sindicato Rural, Fábio Nakano e Jorge Sanabria, ambos da Sabesp, e Marcos Almeida da Urbam. Justificativas registradas segue com a aprovação da ata do dia 22/06/2023 que foi enviada a todos os conselheiros em 11/07/23. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer e submete para aprovação. Pede que permaneça como estão, aqueles que aprovam e se manifestem os que desejam se abster, ou não aprovação da ata de 22/06. Nenhuma manifestação, ata aprovada por unanimidade. Dentro dos informes, lembra que o prefeito municipal Anderson Farias esteve visitando as instalações da fazenda fotovoltaica que está sendo construída em Cachoeira Paulista, e houve indagação de algumas pessoas, perguntado a razão de ser instalado em outro município que não São José dos Campos. E, repetindo, aquilo que já foi debatido no grupo que, o certame que a prefeitura lançou foi um certame de aquisição, fornecimento de energia; e não de aquisição de uma fazenda fotovoltaica. Que se fosse adquirir, construir uma fazenda fotovoltaica da prefeitura, obviamente que teria que ser em território joseense, dado que seria recurso público. É um contrato de bastante vantajosidade para os cofres públicos porque, adquirindo a energia, na medida em que ocorram evoluções tecnológicas, o empreendedor, proprietário da fazenda faz os investimentos e continua a fornecer a energia, inclusive, mais barata para a prefeitura. O início de operação da Usina de Biogás que vai adicionar atendimento de energia verde auditável para a prefeitura municipal de mais de 1.7 megas nas turbinas, com o aproveitamento da termoeletrica do aterro sanitário da Urbam. Que essas são duas iniciativas que vão somar cerca de 5 megas para atender a quase 60% da energia consumida nos prédios públicos, e mais a conversão da mobilidade elétrica. Atendendo a Linha Verde e a futura convenção dos 430 ônibus elétricos, que já está em edital, em negociações para que São José faça essa conversão por completo do sistema de transporte público para energia, para mobilidade elétrica e abastecida com energia verde auditável. Segue com a pauta com uma solicitação das últimas notícias sobre a obra do OBA do conselheiro Ricardo Law. Informa que essa matéria foi judicializada, numa denúncia acolhida pelo Ministério Público, enquanto

inquérito houve a proposição da ação civil pública, em primeira instância foi dado a garantia da suspensão da obra enquanto se discute a questão de fundo, a questão de mérito. E da notícia da decisão liminar da justiça a um único movimento foi a apresentação pela CETESB, lembrando que nessa ação, a prefeitura não configura como ré. A CETESB se manifestou, em defesa da sua análise técnica, lembrando que o objeto em questionamento é a definição da metragem da APP. Então a APP, definida pelo relatório técnico em manifestação da CETESB, e agora, defendida em juízo, é que naquele local no Urbanova I, a APP dada a questão legal, da anterioridade, é definida pela metragem de 30 metros. No Urbanova II em diante, assumem os 100 metros. A discussão é técnica e legal e a CETESB apresentou as suas considerações em defesa do seu posicionamento inicial da definição da metragem dos 30 metros. Esclarece que a prefeitura não configura como ré, ela foi chamada somente a esclarecer o processo de aprovação. Presidente passa a palavra para o conselheiro Ricardo Law que inicia apresentando a proposta sobre compostagem e possa seguir exemplo de países e municípios, inclusive aqui do Brasil, como, por exemplo, Florianópolis, que é um pouco menor que São José e que já é lei de 2019, a compostagem no município. Em São José, acredita que não tenha nenhuma lei. Que fez convite a toda sociedade joseense, prefeitura e empresas que já trabalham na área de compostagem em São José. São três empresas que já trabalham, embora numa escala pequena porque são empresas, de jovens empreendedores e a própria dificuldade que existe de se fazer compostagem. Dentro dessa campanha, foi feita a primeira reunião na UNESP, e foram várias pessoas; inclusive; funcionárias da Urbam e da prefeitura, onde relataram as várias formas de se fazer compostagem, as empresas e pessoas físicas que fazem compostagem em São José, as dificuldades e algumas técnicas. No grupo não tem líder, com várias pessoas coordenando. Foram criados vários grupos de trabalho, jurídico, técnico, comunicação, educação ambiental, e outros para que possa ser distribuídas tarefas já que é um assunto bastante complexo. Na segunda quinzena de agosto, será trazida algumas decisões e deliberações no Comam para que seja divulgada a sociedade joseense em geral. Destaca que existe vários objetivos, um deles, talvez, o maior deles, seja diminuir a carga de resíduo orgânico do aterro sanitário de São José, um problema seríssimo. Um dos propósitos maiores é diminuir essa carga no aterro sanitário e gerar emprego, renda, novos negócios, parcerias. Assim, abre um leque enorme de possibilidades, de aquecer a economia de São José, e também faz parte dessa onda verde mundial que é não enterrar dinheiro. Que o lixo orgânico também tem um valor, então, pode reciclar o resíduo e transformar ele em valor de mercado. Presidente passa a palavra para o conselheiro Fabiano Porto, que cumprimenta e todos, parabeniza a iniciativa, infelizmente não pode estar presente, mas achou fantástico.

Of. 1



partindo da sociedade civil, ganha ainda mais força. Que existe várias soluções de compostagem doméstica, de como utilizar, de como fazer, para as pessoas aplicarem. Pergunta se não tem algum subsídio da prefeitura, alguma iniciativa de comprar essas compostagens, entregar para algumas famílias ou pessoas dispostas, e começar a trazer essa cultura também como uma política pública municipal. É uma ferramenta educativa, poderia envolver escolas nesse processo, de trazer a importância de compostar. Que o projeto que têm das hortas é fantástico, liderado pelo Jonas, poderia trazer junto esse conhecimento, vai gerar o solo com lixo para plantar a horta. Uma oportunidade dessas, algum tipo de ação da prefeitura; de repente, um projeto-piloto de estar adquirindo e distribuindo composteiras domésticas, estimulando isso para uma política pública. Presidente agradece Fabiano, informa que tem todas as possibilidades e, inclusive, de desenvolver propostas também no âmbito do Comam e que possam também ser estruturadas por entidades com CNPJ constituído. Algumas informações sobre isso no grupo também, a disponibilidade, para inclusive participar dos editais trazendo uma proposta dessas; também poderá ser aberto num próximo edital do FUNCAM. Essa pauta de compostagem, as entidades organizadas, estruturadas possam também trazer projetos para serem financiados com recursos do FUNCAM, é um caminho também. Parabeniza a iniciativa em nome do Ricardo e sabe que o grupo é muito grande. Lembra-se da querida aposentada Elisa, que está ativa nesse grupo, foi ela quem comandou a educação ambiental em muitos anos na prefeitura. Segue com a pauta referindo-se a ampliar o número de endereços para recepcionar os novos plantios de árvores que avançam e registra e com pesar externa os pêsames a família da estudante que veio a falecer no incidente que houve, no ciclone que derrubou uma árvore e infelizmente, esse incidente gravíssimo, uma tragédia do falecimento da estudante de medicina Camila Martins. Segue com a pauta solicitando engajamento do grupo para que informe os locais para recepcionar as árvores na porta de casa. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law que acrescenta ao assunto da compostagem, que na reunião algumas pessoas que não conhecia já fazem compostagem em vários prédios do Jardim Aquários, na Vila Adyana. Que já existem iniciativas de condomínios e de prédios que estão fazendo e isso motiva ainda mais, a continuar nessa caminhada para que São José ganhe escala em compostagem. Presidente agradece Ricardo e parabeniza todo o grupo e nas próximas reuniões já cede espaço dos informes; se o grupo quiser fazer outros relatos, chamamentos. Lembra a todos os conselheiros, da importância de levarem para suas instituições, para os seus ciclos de relacionamento, esse momento especial da implantação de 5 mil árvores e ajudem nesse esforço da municipalidade em ampliar os endereços, promovendo listas, encaminhando para a

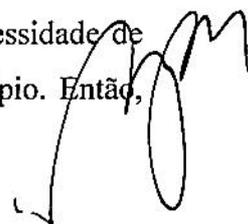
Seurbs. Com a palavra o vice-presidente e conselheiro Jeferson, que cumprimenta a todos, parabeniza a iniciativa da compostagem até somando, agregando valor, diante de uma demanda que surgiu no bairro Vista Verde, referente a questão dos cestos de lixo que existiam no centro comercial onde solicitou o apoio da Urbam. Que, por um período, tinha no centro comercial do Vista Verde, contêineres das bombas grandes e foram retiradas, e alguns comerciantes não entenderam. Que, foi acionado pelo grupo Ecomuseu, sugere que na próxima plenária convide-os, porque eles estão com um belo trabalho no Vista Verde, no Santa Inês. Que os conheceu na semana passada, diante dessa demanda que surgiu através da pauta da Urbam e compartilhou informação com as pessoas presentes na roda de conversa do Ecomuseu, e está vislumbrando para setembro uma visita desse grupo de moradores, junto com essa instituição no aterro sanitário. Então, vem corroborar com a iniciativa do conselheiro Ricardo Law e companhia. Que acha oportuno ao final da plenária fazer um minuto de silêncio pelo falecimento da jovem Camila Martins. E por fim, lembra que no mês passado na AB Areias foi feito o lançamento de uma iniciativa do modal ferroviário deles em Roseira, alguns conselheiros ficaram interessados nos projetos, iniciativa de sustentabilidade. Que, estão finalizando, para as próximas semanas a planta fotovoltaica sobre a lagoa de mineração. São várias iniciativas, piscicultura, e essa última do cacto que é a planta fotovoltaica. E, provável que agosto ou final de setembro, já esteja funcionando; então poderá ser agendada uma visita na AB Areias, em Roseira. Presidente agradece Jeferson, e coloca para a plenária se alguém tem algum questionamento, em fazer essa homenagem à família da estudante. Nenhuma objeção, feito um minuto de silêncio, Presidente segue com o próximo assunto de pauta que é a criação das câmeras técnicas. Lembra que, nas duas últimas reuniões foi abordada a criação das sete câmeras técnicas: arborização, resíduo sólido, unidade de conservação, energia renovável, saneamento básico, regimento interno e fundos ambientais. Que, foi definido em plenária há algum tempo, que as câmaras, até a bem da sua melhor organização, da sua maior efetividade, não seriam câmeras técnicas de muitas pessoas, porque a agenda é difícil, enfim, uma série de coisas. Então, seria composta de seis representantes, três do poder público, três da sociedade civil. Ocorre que a arborização está com cinco interessados da sociedade civil, resíduos sólidos com seis interessados, unidades de conservação, somente um interessado da sociedade civil, energias renováveis, são cinco interessados da sociedade civil, saneamento básico com quatro interessados, um regimento interno somente dois e os fundos ambientais com três. Os fundos ambientais, já com três interessados, Renato Veneziani, Maria Regina da Univap e Leonardo Luquini da agência ambiental. Acha importante ter grupos com mais interessados do que vagas, que os

conselheiros realmente abracem, tenham essa dedicação ainda mais do seu tempo voluntário em prol da sociedade, contribuindo com o Conselho Municipal de Meio Ambiente porque as câmaras técnicas são essenciais, onde esses assuntos podem ter discussão mais aprofundada e que venham colaborar com o pleno. Assim, o Teles retornando das férias no final de julho dará início a criação dos grupos pelo whatsapp para organizar as câmaras técnicas com seis participantes, matéria decidida em plenária. Com a palavra a conselheira Fabiana da Aconvap, sugere que os interessados escolham somente uma câmara técnica para participar, dando chance aos demais. Presidente agradece a sugestão da conselheira, e novamente pede que os interessados aguardem a criação dos grupos. Presidente pede que a conselheira Fabiana fale sobre a questão das construções de hospedagem em São Francisco Xavier. Com a palavra Fabiane que informa ter ouvido na última plenária do Comam uma informação de que São Francisco Xavier tinha cerca de 400 hospedagens por Airbnb. Ela acha que é um número bem elevado e a observação que faz é pela consulta que fez junto ao Airbnb que as fotos colocadas pelos proprietários das casas revelam coisas um tanto quanto absurdas. Tem construção em APP, em muitos córregos colocam área de lazer, corte 90 graus em barranco. Tem uma casa que mostra estar a menos de cinco metros de um barranco cortado 90 graus, um barranco mais alto que a casa. Nascida no Sul de Minas, Gonçalves, e lá tem visto, cada dia que passa tem uma casa nova pendurada no morro. Área em topo de morro que parece que abriu uma clareira no meio da floresta para fazer a casa, sem contar que não sabe se são casas regulares. Que o nosso código de obras fala que as construções em áreas rurais, elas podem pedir o licenciamento como se fosse uma habitação de área urbana e tem que comprovar depois no Habite-se que ela tem a destinação do esgoto correto. Essas casas, sua maioria, devem ser todas irregulares pelo tipo da construção que se vê nas fotos, que são construções, às vezes, quase que provisórias, não são construções de alvenaria, algumas são de madeira. Pergunta em que pé está esse tipo de fiscalização em São Francisco? Porque na área urbana, a gente vê uma preocupação muito grande com obras que são legalizadas aqui dentro da cidade, até mesmo essa do OBA. Que é justo perguntar, questionar, mas é uma obra que passou pela CETESB, passou pela Prefeitura e a sociedade questiona. Agora, vê que nessa área rural do município hoje, tem inúmeras construções sendo feitas, construções que podem até estar colocando em risco a vida de quem vai se hospedar. Haja vista, esses dias, teve um casal de São José que morreu em Monte Verde, por conta de irregularidade de construções. É o crime ambiental sendo feito, a extração de árvores sem controle, você tem APP sendo usada sem controle, captação de água, despejo de resíduo, lixo sendo gerado. Que, gostaria de entender como é essa dinâmica hoje, sem contar que a habitação não

registrada, não traz benefício nenhum para o município. O Ministério do Turismo que classifica cidades com potencial turístico de acordo com a disponibilidade de hospedagens que o município oferece. Então, se isso não existe legalmente, também não traz benefício nenhum para o município. Com a palavra o Presidente que agradece Fabiana, diz ser uma preocupação, e analisando o contexto, São Francisco Xavier como toda Mantiqueira recebeu quase que um movimento, pandêmico. A pandemia que trouxe como legado isso que estamos fazendo aqui, reuniões híbridas, uma nova relação de trabalho, possibilitou que as famílias pudessem planejar na sua busca por qualidade de vida. Então, muitas famílias passam um compasso de uma hora de São Paulo ou do Rio de Janeiro e buscam as cidades referências em termos de oferta e qualidade de vida, São José, obviamente, é um destaque, não só no estado de São Paulo, como no cenário nacional. E aí, encontra a Mantiqueira, que é uma região bucólica, uma região importantíssima. Que já observou esse incremento de ocupações na encosta da Mantiqueira. Outros municípios relatam isso também, porque São Francisco Xavier tem um adicional, que é o alto valor especulativo do metro quadrado. Então, muitas dessas famílias acabam se deslocando para outros municípios onde o metro quadrado é mais barato. Mas enfim, está fiscalizando o território com o bem sucedido Programa Observa, já indo para o seu quarto ano, onde são detectadas todas as alterações. Então, um acesso novo, um platô, todas essas circunstâncias que levam a uma nova ocupação, elas são identificadas e são fiscalizadas. Até mesmo para evitar, por exemplo, que parte disso se configure em parcelamento clandestino. Então, a maior parte dessas novas ocupações, assim, seguramente não configura uma explosão de parcelamentos clandestinos. Eles são ocupações individuais dentro da propriedade, tem obviamente que verificar se estão atendendo o módulo mínimo, se tem todas aquelas pré-condições. Os impactos ambientais, se para ocorrer isso desmatou ou se está ocupando uma APP, com certeza isso está no protocolo de ação fiscal daquilo que o Observa detecta. Lembrando que Observa detecta 25 m² de ocupação, e essas edificações, eu posso quase que assegurar que 100% delas tem mais do que 25 m². Em média, são de 40 a 60 m², o que certamente está detectado também pelo Observa. Uma preocupação, um problema seríssimo é com relação aos resíduos sólidos. Nas entradas rurais, agravou-se o problema com a disposição inadequada de resíduos. Então, toda essa pauta está sendo trabalhada e para concluir, avançando com os estudos de diagnóstico do plano de gestão distrital de São Francisco. Para isso, fazendo várias reuniões com os setores organizados da comunidade de São Francisco Xavier e também essa pauta de fiscalização, ampliação de ocupações estão trazendo como preocupação aos moradores. Presidente informa ao conselho que a reitoria da USP procurou a prefeitura de São José dos Campos, estabelecendo uma parceria dentro do

programa de cidades sustentáveis gratuitamente para São José dos Campos. É uma triangulação com parque tecnológico, USP e Prefeitura, em uma das propostas, dos "cases" foi para que eles empenhem a estrutura do corpo docente da USP e o desenvolvimento de uma proposta de gestão e autogestão de resíduos em São Francisco Xavier. Informa que terá novidades e avanços tanto no plano de gestão distrital nessa proposta da USP, o Programa Circularidade, enfim, várias coisas para acontecer na melhoria da gestão dos resíduos. Presidente pede que Nabuco e Denis da Urbam iniciem a apresentação e o estudo sobre a composição dos resíduos sólidos em desenvolvimento. Presidente pergunta a Nabuco quantas turbinas e o aproveitamento energético implantado? Nabuco cumprimenta a todos, agradece o convite, e responde que a implantação já está em fase final. Na verdade, deixa claro que esse é um projeto que iniciou em 2020 e finalizou a contratação em 2021. Era para ser iniciado o funcionamento em 2022, com seis motores utilizando o gás que já é originado da decomposição do lixo depositado no aterro. Até agora, é feita a queima no "flare", ele simplesmente queima, transformando o metano em CO2. Existe um projeto, queimar dentro desses motores para gerar até 1.6 megawatts de energia, que é feito com o contrato com a prefeitura e vai atender a um terço do que a prefeitura gasta em seus prédios públicos. Então, já gerando economia direta para a prefeitura e com uma energia, gerada a partir do gás do aterro. É uma decomposição do lixo depositado, e a fase final ficou parada, porque a EDP atrasou a energia injetada dentro da rede. Ela sabia desde 2021 teria que fazer adequações na estrutura dela para receber porque ela aprovou o projeto em 2021 e só foi fazer agora, nesses últimos meses, aprovou um cronograma de instalação final. Se o cronograma for cumprido, no máximo dia 28 de agosto, inicia a operação assistida com o funcionamento a carga dos seis motores. Que será feito testes individuais a partir do dia 31, desse mês; e depois toda a energia vai ser colocada na rede. É um processo que ficou muito bom até em relação ao projeto inicial, que tinha uma previsão de contratar um motor. E ao final, a proposta da empresa foi de seis motores e ficou bem melhor porque agora tem um projeto de manutenção que é só um sexto da energia que vai separar a cada vez que você parar o motor para manutenção. Então, é muito melhor do que parar um único motor. Que, tem motores menores e com possibilidade de fazer uma manutenção melhor, em tempo que não vai ter parada 100%, e o mais importante é que esse motor também é produzido no Brasil. E, a partir de setembro, a prefeitura vai utilizar essa energia gerada pela fotovoltaica. Então, mais de 60% da energia da prefeitura vai ser de origem verde. Presidente agradece Nabuco e lembra a todos os conselheiros, que essa pauta, muito discutida no Comam, houve a necessidade de modernização do artigo da lei orgânica que vedava as termoelétricas no município. Então,

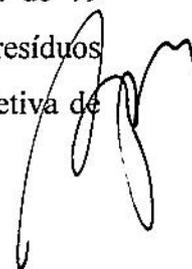
OTC.



esse é um exemplo, da utilização dessas novas tecnologias a bem da sustentabilidade porque desde 2006, o "flare" está queimando, um recurso natural que está sendo desperdiçado. Uma energia que estava sendo desperdiçada para emissão evitada, foi um dos primeiros aterros, senão o primeiro aterro no Brasil, que trabalharam essa questão da queima dos gases do aterro para evitar que ele fosse impactar na atmosfera. E, esse recurso queimando sem utilização nenhuma, a modernização da lei orgânica tornou possível que adotasse esse sistema. Dentro do conceito da sustentabilidade, porque é um recurso energético desperdiçado é um crime de sustentabilidade, além disso, promovendo a economia para os cofres públicos, portanto para todos os cidadãos e também trazendo o aporte de energia verde auditável, com rastreabilidade para atendimento dos prédios públicos, dentro dos parâmetros de uma cidade resiliente e sustentável. Presidente parabeniza também os 50 anos da Urbam, seus funcionários pelos relevantes serviços e também por essa história rica de contribuição, para construção da bela São José dos Campos. Com a palavra Denis que dando continuidade ao que o Nabuco falou, que já tem a licença de operação, saiu antes de todo processo da EDP, unidade já licenciada pela CETESB, em conformidade com os padrões ambientais. Que Nabuco falou bem, o fato da mudança do formato, na verdade, na licitação onde houve uma oferta melhor. Que há uma economia de uso de óleo num dos motores. Que a ideia era em um motor de uma locomotiva, mas foi fechado com seis motores de carretas. Quantidade de óleo muito menor, isso é um ganho ambiental. A cada cinco anos aproximadamente, a Urbam tem feito o estudo de caracterização gravimétrica, qual objetivo da gravimetria, quais os benefícios e quais os reflexos da gestão de resíduos para o município. Então, essa apresentação que fará para o Comam, vai tratar de resíduos sólidos urbanos, quais são as origens. Por amostragem, os principais grupos são da coleta comum, coleta seletiva, coleta de limpeza urbana, os rejeitos do centro de triagem, qual a destinação atual do resíduo sólido urbano, o que é a caracterização gravimétrica, definição objetiva, benefícios e reflexos. Qual a metodologia usada para se fazer a gravimetria, quais foram os resultados do estudo de 2018 e como vai acontecer essa fase da gravimetria, e algumas considerações finais que entende importante nesse momento do município. Com relação a Urbam, uma empresa de 1973, fazendo 50 anos, empresa de economia mista que já ultrapassa os 4 mil funcionários, presta serviços essenciais para a cidade de São José dos Campos, e a missão é trabalhar pela satisfação da população e a melhoria permanente da qualidade de vida, prestando serviços em conjunto com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos. A Urbam trabalha em várias áreas, o carro chefe, a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos da cidade. Trabalha com a gestão de facilidades em prédios e áreas públicas, serviços de informática,

Ad.

serviço funerário, velório municipal, administração dos cemitérios municipais. A administração de terminais rodoviários municipal, intermunicipal, a administração do estádio Martins Pereira e execução de obras em geral na cidade, infraestruturas e superestruturas. Os resíduos sólidos urbanos, segundo a política nacional de resíduos sólidos, a lei 12.305, fala no seu artigo 13: "os resíduos sólidos urbanos são aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas, são os vulgos resíduos domiciliares e também aqueles oriundos de varrição, limpeza de logradouros, vias públicas e outros serviços de limpeza urbana". No caso de São José, tem um segmento que são os grandes geradores, não fazem parte dessa caracterização, não são coletados pelo serviço de coleta pública. Também na lei de saneamento, ela estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, já atualizado pelo marco de saneamento. Mas ela diz que "o lixo, o resíduo sólido urbano é o lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços, cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuído ao gerador, pode ser por decisão do poder público", no caso é responsabilidade do município. Olhando para as principais origens, cujo destino final é o aterro sanitário, tem a coleta comum, hoje feita pela empresa Beta Ambiental com monitoramento da Urbam. Esse serviço atende 100% da área urbana e a área rural de São José, feito de três a seis vezes por semana em dois turnos distintos. São coletadas por volta de 550 toneladas por dia ou quase 15 mil toneladas por mês, responsáveis também pelo recolhimento dos sacos dos resíduos de varrição manual, feiras livres e os resíduos da capina e todos esses resíduos são destinados ao aterro sanitário. Lembrando que em São José, nos condomínios residenciais e diversos órgãos públicos, esse tipo de coleta é feito de forma mecanizada com a sessão em forma de comodato dos contêineres marrons para esses locais sem custo algum para o gerador. Coleta seletiva é feita uma, duas ou três vezes por semana, abrange 100% da área urbana, incluindo a área rural de São Francisco Xavier. São coletados por volta de 40 toneladas por dia ou 1.212 toneladas por mês e destinados ao centro de triagem. A mesma coisa nos condomínios residenciais e diversos órgãos públicos, o serviço é feito de forma mecanizada, são cedidos os contêineres e os caminhões têm um dispositivo para bascular esses contêineres. Existe em São José também, a coleta de limpeza urbana, são aquelas coletas feitas em locais de descarte clandestino onde o resíduo é um mix de resíduos domiciliares, entulho, jardinagem, etc... Existem aproximadamente 135 pontos mapeados, dados de maio de 2023 e representa a coleta de resíduos de limpeza urbana pura mesmo, são os resíduos de boca de lobo, de drenagens. São coletados atualmente por volta de 79 toneladas por dia ou 2.070 toneladas mês. Dentro da estação de tratamento de resíduos sólidos existe um centro de triagem e esse centro de triagem recebe toda coleta seletiva de



São José dos Campos. O centro triagem, ele funciona com o apoio da Urbam, mas a operação é da central de cooperativa de resíduos sólidos formando por três cooperativas que hoje, têm por volta de 120 cooperados fazendo a triagem desse resíduo da coleta seletiva e gerando rejeito. O centro de triagem tem duas bicas de rejeitos, miúdos e graúdos com uma geração média de 25 toneladas por dia ou 639 toneladas mês e os rejeitos são encaminhados para o aterro sanitário. Em linhas gerais, os principais destinos desses resíduos: coleta comum, coleta de limpeza urbana, coleta seletiva vão para a estação. A coleta comum e a coleta de limpeza urbana vão diretamente para o aterro sanitário e os rejeitos do centro de triagem também para o aterro sanitário. Quanto ao estudo de caracterização gravimétrica, segundo a ABNT, a norma 10.007/2004, a caracterização gravimétrica é a determinação dos constituintes e de suas respectivas percentagens em peso e volume em uma amostra de resíduos sólidos, podendo ser físico, químico ou biológico. A metodologia adotada para fazer essa amostragem é do quarteamento. É uma metodologia proposta pela CETESB desde 1990, atrelada a norma ABNT 10.007/2004, que é amostragem de resíduos sólidos, com algumas adaptações para poder atingir uma amostra final representativa. Então, se olhar numa carga, numa viagem de resíduo, ela é descarregada num pátio, é dividida em quatro partes, esse é o tal quarteamento; aproveitam-se duas partes, e dessas duas partes é misturada e gera uma amostra final que vai ser estudada os objetivos, benefícios e o reflexo de uma gravimetria. A produção desses resíduos sólidos está inserida no cotidiano da população, o aumento populacional, o crescimento ou diminuição do poder aquisitivo sempre produzem alterações nos padrões de consumo, os quais podem ampliar ou diminuir a geração de resíduos sólidos. Na época da pandemia aumentou a geração de material reciclável, as pessoas consumiam comida pronta com embalagem, passou a pandemia, diminuiu o material reciclável. São José tem uma coleta clandestina bem pesada aqui que tira o que tem de bom, que poderia ser encaminhado para as cooperativas, mas é nítido quando essas variações do poder aquisitivo têm influência direta na geração de resíduos. Então, conhecendo as características qualitativas e quantitativas, chamado de lixo urbano, ou seja, sua composição por tipos e percentual em peso de cada componente de uma amostra. Os componentes mais comuns que ocorrem no lixo são: material reciclável, papel, metal, vidro, plástico e a matéria orgânica. Então, se o poder público, gerador ou aquela pessoa que trabalha com resíduos, adota a solução inadequada, isso pode agravar o risco de contaminação de solo, da água, do ar, ou ainda colaborar para proliferação de vetores, de doenças que prejudicam a saúde pública. Então, é importante destacar que quando a caracterização de resíduos sólidos por meio de uma gravimetria bem feita ocorre de forma sistemática e continuada, é possível demonstrar as



variações da composição do lixo, as quais elas podem contribuir. No planejamento e na gestão e manejo de resíduos sólidos, na definição das estratégias de educação ambiental que o município deve adotar, e até mesmo nas otimizações dos planos de coleta de resíduos que tem que ser atualizados. A cidade é dinâmica, cresce, novas habitações, habitações verticais, então essa leitura, esse estudo contribui para fazer a otimização dos planos de coleta. A amostragem e a caracterização podem ser divididas em quatro partes. O quarteamento traz a obtenção da amostra, separação e pesagem por tipo de componente. Isso basicamente é a amostragem, mas, além disso, com uma série de informações, o planilhamento, o entendimento de onde foi gerado aquele setor, qual bairro, a caracterização, até por população, isso avança o estudo. O importante, além de tudo isso é de fazer o comparativo com o estudo anterior. Na cidade, se a gente olhar em 2018, vamos perceber que tinha no geral de todas as coletas, metal 1,5%; papel 6,7%; plástico quase 12% e 2,2% de vidros, outros resíduos variados da construção civil, madeira, uma série de outros resíduos orgânicos se aproximando dos 50%, bem parecido com o retrato do Brasil. E se olhar por peso, cada coleta, a comum 80% e a seletiva variam de ano a ano, de 6% a 8%. Nessa porcentagem não está contabilizada a coleta clandestina que existe na cidade, que recolhe muito material. Que, empresas de outras cidades vêm recolher material da coleta seletiva aqui em São José. Uma pesquisa feita ano passado mostrou que essa coleta é o dobro do que é a coleta feita pela prefeitura. Que, não foi possível mensurar isso de certa forma, fazendo uma pesquisa com quem recebe o material, são os sucateiros. Porque é difícil entrevistar o catador clandestino, a empresa que está fazendo essa coleta. Então, foi levado aos sucateiros um questionário, que deu uma visão de entendimento nessa coleta que é feita pela prefeitura e a próxima gravimetria será em 2023. O estudo de gravimetria está dividido em duas fases. Na fase I, será feita uma amostragem em 2023, e uma segunda amostragem no primeiro semestre de 2024, pegando estações, inverno, meio outono, verão, para entender essas variações de resíduos. Em 2018, tinham por volta de 220 amostras e agora na fase I, 318 amostras, a cidade cresceu e está com mais setores de coletas. Serão feitas coleta seletiva diferenciada em São Francisco, os rejeitos graúdos e os rejeitos miúdos do centro de triagem, a coleta regular, a coleta de feiras, capina, varrição, nisso também está o mercado municipal, e a coleta de limpeza urbana. Assim, consegue ter uma amplitude bastante significativa de todos os resíduos da cidade. São 155 setores, mais de uma amostra por setor nesse semestre, e será repetido em 2024. Um retrato bem fidedigno na composição dos resíduos em todas as origens e bairros da cidade de São José dos Campos. Então, estima-se que essa primeira fase vai ser concluída em até dezembro de 2023, incluindo comparativo com 2018. Considerando que o município de São José dos Campos possui coleta

regular, coleta seletiva, coleta de limpeza urbana, coleta pública de resíduos eletroeletrônicos, em 100% da área urbana. São José tem quatro programas ativos de educação ambiental. Na SEURBS é o Compostar e Plantar, tem três programas de educação ambiental ativos, Lixotur e o Condomínio Recicla. O aterro sanitário bem operado pela Urbam está três anos consecutivos com nota 10, e uma vida útil de 10 anos. Tem um centro de triagem operado por três cooperativas que recebe todos os resíduos da coleta seletiva. São José, hoje, está com a segunda melhor nota no índice de gestão de resíduos sólidos do estado de São Paulo. Considerando a lei 12.305 de 2010 que fala na ordem de prioridade na gestão de resíduos e gerenciamento de resíduos sólidos, geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos, e também a sua disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos. Considerando que existe um plano nacional de resíduos sólidos que estabelece metas para todos os municípios, previstas no decreto 11.043 de 2022 que fala: "reduzir a quantidade de resíduos, rejeitos encaminhados para disposição ambientalmente adequada, de aumentar a reciclagem da fração orgânica". É preciso aumentar a recuperação e fazer o aproveitamento energético por meio de tratamento térmico ou não, recuperação energética. São José e a Urbam já recebeu nos últimos anos dezenas de empresas interessadas no tratamento de resíduos sólidos e recuperação energética. São José, cidade certificada pela ABNT, é uma cidade com vocação tecnológica. Não é preciso se afastar de propostas lúdicas da cidade, temos que avançar em soluções relevantes para reduzir os resíduos sustentáveis, soluções ambientalmente adequadas e economicamente viáveis para minimizar, reaproveitar e tratar os resíduos sólidos urbanos com recuperação energética. Denis sugere abrir um procedimento de manifestação de interesse com chamamento público para as empresas que cansaram de nos visitar, fazer um tratamento misto para os resíduos de São José dos Campos. Presidente agradece Denis e Nabuco, lembra para fazer inclusão dos 16 PEVs, pontos de entrega voluntária que são gerenciados pela Secretaria de Manutenção da cidade que também cumpre uma função de gestão de resíduos. Em atenção à solicitação dos conselheiros de que a prefeitura se manifestasse, quanto a revisão do plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos, através desses esforços tanto da Urbam e outros projetos, levantando diagnósticos. Que vão contribuir para fase essencial do início da revisão do plano municipal de resíduos sólidos, que requer, como toda política pública, diagnósticos, levantamentos atualizados. Então, essa informação é importante, embora o estudo desenvolvido pela Urbam, ele não contemple como uma fase da revisão do plano municipal, mas por óbvio pelo conteúdo, pela qualidade, excelência técnica dos resultados que virão; certo que a revisão do plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos vai servir de levantamentos atualizados e que



retratam com fidelidade a situação dos resíduos na cidade. E assim, também será percebido no programa Circularidade do Parque Tecnológico, com financiamento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Industrial que Naiara vai apresentar. Abre para a plenária, com a palavra a conselheira Fabiana que parabeniza pelo serviço, cuidar do lixo, dos resíduos, de uma cidade do porte de São José, não deve ser fácil. Que tem algumas dúvidas, na verdade assistiu à reportagem que teve essa semana na vanguarda falando da gravimetria. E uma coisa que chamou muito a sua atenção foi porque as pessoas não sabem separar o que é lixo orgânico do reciclável, de maneira geral. Tanto, que o exemplo que eles usaram na reportagem, tinha muito tecido colocado no lixo reciclável, enquanto que ele deveria estar no orgânico. Sugere que a Urbam faça alguns cartazes, dizendo o que é reciclável, o que é orgânico para os condomínios afixarem nas suas lixeiras. Outra questão que a incomoda muito, que talvez a Urbam pudesse trabalhar é a questão do coletor que vai ao condomínio pegar o lixo reciclável do tambor antes da coleta da Urbam. Que esse lixo que a Urbam está deixando de recolher, está fazendo falta na cooperativa. Que existe todo o trabalho de recolher o lixo, e o mais rentável desse lixo já foi pego anteriormente por um catador. Denis responde para Fabiana que a Urbam tem um programa de educação ambiental que é “O Meu Condomínio Recicla”, que já visitou aproximadamente 1.200 condomínios residenciais em São José com a colocação de lixeiras com identificação para os tipos de resíduos. Fabiana pergunta sobre a discrepância de 14 toneladas no lixo orgânico para 1.200 toneladas do lixo reciclável. Denis esclarece que a orientação em separar faz parte dos programas de educação ambiental. Tem o primeiro programa que chama Lixotur, onde convida a sociedade, os estudantes a visitar a estação, onde tem um centro de educação ambiental instalado, uma sala ambiental, museu do lixo, recicloteca, um ônibus que dá uma volta no aterro. É um programa de duas horas, uma hora interna, outra hora externa, onde quem visita tem a oportunidade de conhecer toda essa rota que percorre o resíduo de São José dos Campos e as orientações para cada tipo de resíduo, os problemas com o resíduo plástico no oceano, o óleo, contaminando a parte hídrica, e como transformar o reciclado em outras coisas. Então, a população tem essa oportunidade de participar do Lixotur que pede que a população separe os resíduos. Que já está formando uma geração um pouco mais comprometida, as crianças vão para casa com aquilo na cabeça, e chama os pais, e já se percebe alguma mudança acontecer nos próximos anos. Pelo estudo gravimétrico, aproximadamente 21% de material reciclável ainda está dentro do lixo comum. Então, para identificar com a gravimetria se isso aumentou, diminuiu se houve algum reflexo para focar. Quando você tem uma gravimetria e ela é bem abrangente, foca-se naqueles bairros onde a separação é pior; por isso é importante a

gravimetria. Com relação aos condomínios, tem um programa de educação ambiental com 1.200 já visitamos, explica aos síndicos, como é a separação de resíduos em São José, o que é importante, o que eles devem fazer. Recebem orientação para tentar não deixar o resíduo com o catador clandestino porque o catador clandestino, às vezes usa mão de obra infantil, não tem EPIs. Eles usam veículos caindo aos pedaços pela cidade ou vem de outras cidades sucatear o nosso lixo. Então, isso desonera o poder público, ele vai pagar menos, mas, em contrapartida, a cooperativa perde receita, perde qualidade de material. O catador clandestino não pega vidro, o produto que tem menor valor agregado, 10% do pet. E a coleta de vidro tem que ter caminhão compactador, específico para fazer a coleta desse resíduo. E hoje, São José tem uma coleta profissional, o caminhão é rastreado, monitorado o serviço em tempo real, sabe se fez, se não fez, tem itinerário georreferenciado. Então, garante que o serviço é prestado, se o caminhão passou ou não em determinada rua, o que não tem do catador clandestino. Ele retira o que lhe interessa em determinados locais, Jardim Aquários, Vila Ema e sujam a cidade. Essa Mudança precisa ser avaliada, nesse conceito, mas é um público representativo. Segundo as estimativas do IBGE em São José, estima-se que 40% da população moram em condomínios, um público que pode colocar o resíduo a hora que quer no contêiner. Diferente da população que tem que colocar no dia da programação de coleta. Os estabelecimentos comerciais, pela lei vigente, eles têm que comprar seu próprio contêiner; não é a prefeitura ou Urbam que fornece. Ele tem que comprar seu próprio contêiner e disponibilizar o resíduo no horário da programação da coleta. Presidente passa a palavra para o conselheiro Cláudio Scalli, que parabeniza pelo trabalho muito bem feito e falar da gravimetria, levam a para vários outros assuntos. Então, acha muito importante porque se discute realmente o resíduo. Que na votação junto ao CONSEMA, foi um voto vencido, e aprovado. E estudando a questão de São José, ainda não tinha iniciado os trabalhos da agência, que na lei orgânica do município tinha um impedimento. Que está super avançada que outros municípios, por isso que está surgindo essa questão da queima e isso atrapalha e muito, a questão da reciclagem, porque sabemos antes que, com a questão de resíduo o material dá maior combustão é um material reciclado. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law que parabeniza Denis, o presidente Nabuco pela elucidação na parte técnica, ficou bem claro com relação ao que a Urbam faz e as pretensões dela. Pergunta se conhecem alguma cooperativa de compostagem no Brasil e se tem datas e algum cronograma para discussão e atualização do Pmgirs que está atrasado. Presidente responde a Ricardo que tem uma série de estudos que vão oferecer diagnósticos e discussão do plano municipal e ficará atrelada a primeira fase de uma política pública, sempre é o diagnóstico de se tirar a radiografia. Que a

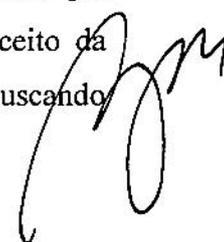


prefeitura tem a previsão do período que isso vai ser trabalhado, que é o primeiro semestre do ano que vem e em dezembro, já terá os dados. Que juntamente com a apresentação e trabalho do parque tecnológico alguns produtos vão estar disponíveis no segundo semestre 2023. Então, entende que terá um acervo de informações suficientes para iniciar discussões para a revisão da política pública. Com a palavra a conselheira doutora Fernanda Frois, que cumprimenta a todos, e faz um questionamento quanto ao material colocado nas lixeiras. São José é uma cidade que tem muitas lixeiras, vê que a falta de informação de que esse material constante das lixeiras, ele não vai para separação, ele é tratado como lixo orgânico, e com isso, ele vai direto para o aterro. Talvez se houvesse um esclarecimento a população de que aquele material da lixeira não vai ser objeto de separação, talvez, alguém que estivesse com uma lata ou uma garrafa d'água em mãos, ao invés de jogar na lixeira, com a consciência avançada pudesse levar isso para casa para poder colocar no tambor adequado para a coleta seletiva. E outra colocação, entende que esse termo “coleta clandestina” ou “catador clandestino” seria um termo bastante pejorativo, apesar de todo esse prejuízo citado na apresentação, mas não pode deixar de considerar sob o ponto de vista ambiental que eles também trazem algum benefício ao meio ambiente ao fazer essa separação. Que na época de pandemia, eles foram extremamente importantes com esse aumento. E quando se faz essa análise de que eles estariam responsáveis pelo recolhimento de quase metade do que é recolhido pela prefeitura. E, se não houvesse esses catadores ou mesmo essas associações, essas cooperativas que fazem esse serviço, esse trabalho nos bairros, se a prefeitura daria conta de todo esse volume? Nabuco responde que a prefeitura está preparada em 100% da cidade e não fariam nenhuma falta e muito pelo contrário, esses catadores são irregulares, atuam de forma ilegal. Eles não têm nenhuma regulamentação, criam uma prática ilegal que é eventualmente com crianças, sem usar EPI, utilizando veículos que pode ocasionar acidentes, porque não são regulares. Que não podemos pensar na reciclagem, pensando no meio ambiente, incentivando esse tipo de serviço. A prefeitura através do serviço da Urban tem condições de fazer e muito bem esse serviço de forma profissional. Que aumentaria a demanda e poderia levar mais cooperados para o centro de triagem, onde trabalha numa área protegida, com refeitório, com EPIs, muito adequada e com dignidade para essas pessoas. Com a palavra Denis que dando continuidade informa que São José tem por volta de 15 mil lixeiras, disponibilizadas na cidade em dois modelos. Que está substituindo as lixeiras plásticas pelas lixeiras metálicas, conforme podem observar no centro de São José, onde já tem o padrão metálico. É uma lixeira bem resistente, apropriada ao resíduo sólido urbano que é disponibilizado pela população na rua. Essa lixeira é o mesmo modelo usado na cidade de

São Paulo, inclusive, que migrou para esse formato. A lixeira plástica, ela perde a cor, quebra, a população depreda; a lixeira metálica, os sacos são trocados pela equipe de varrição. Presidente Manara agradece Nabuco e Denis da Urbam, que é muito conhecimento entender as dificuldades de um gerenciamento de resíduos sólidos numa cidade, capital regional, de 700 mil habitantes, de entender os problemas e de possibilitar esses avanços. Denis parabeniza a Urbam por essa gestão, agradece a parceria com a SEURBS e a Secretaria de Manutenção da Cidade, que são as secretarias envolvidas em vários aspectos, planejamento, operacionalização e zeladoria da Cidade. É uma cidade que é referência nacional na sua zeladoria e muito do que foi apresentado tem a ver com esses resultados, bastante satisfatório que resulta em qualidade de vida. Presidente passa a palavra para Neira do Parque Tecnológico para apresentar o programa Circularidade. Neira cumprimenta a todos os parceiros do projeto, os conselheiros e vai apresentar o programa que está sendo executado pelo Parque Tecnológico de São José dos Campos com o financiamento da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Que iniciou as atividades em janeiro de 2023, e o cronograma vai até dezembro de 2024. E, a proposta para o município de São José dos Campos, é implementar uma modelagem de gestão de resíduos sólidos específica às necessidades e particularidades do município, baseada num estudo que foi realizado pela ABIPLAST. Esse estudo utilizou os municípios de Barueri, Cajamar e Guarulhos, como laboratório de inovação, e fez o resultado com algumas prospecções, na verdade, resultados que foram observados melhorias na dimensão econômica, dimensão ambiental, dimensão social e dimensão para governança. E, dentro desse estudo, o que mais se aproxima do modelo de São José dos Campos é o de Barueri, que também tem cobertura de 100% na coleta seletiva. Que, houve um estudo sobre o modelo atual e propostas de melhoria em alguns pontos. O objetivo proposto para o Programa Circularidade para o município de São José dos Campos é a diminuição do volume de resíduos encaminhados para o aterro sanitário, o engajamento e participação da população junto a coleta seletiva. Na segregação e no descarte adequado de resíduos sólidos, a melhoria na integração da gestão administrativo, financeiro e operacional no que se refere aos serviços de gerenciamento de IRSU. Que foram identificados alguns benefícios que o programa pode trazer para o município e um deles é o aumento de vida útil para o aterro sanitário. Esse programa pode ser benéfico para o município, no sentido de aumentar o tempo de vida útil desse aterro e entende que os resultados do projeto do diagnóstico que vai ser feito, pode ser utilizado como subsídio para atualização do pmgirs, como foi mencionado também anteriormente. E, obtenção de novos indicadores para manutenção da certificação do município como uma cidade inteligente,



resiliente e sustentável e contribuir com a gestão transparente do município também no que se refere a RSU e nesse programa, englobam o estabelecimento de governança. Em reuniões com algumas secretarias que tratam desse assunto, que fazem parte da gestão de RSU, e dentro desse estabelecimento, dessa governança, procura-se identificar gargalos, necessidades, e as prioridades do município. Então, a partir disso, estão sendo realizados diagnósticos para poder identificar as oportunidades, os riscos e trazer uma visão integrada para resolução de alguns problemas para o município. Após o diagnóstico, é trazida essa sugestão de indicadores, de curto, médio e longo prazo, também a proposta de um modelo para aperfeiçoar o sistema de gestão. Após, tem a implementação de ações e o programa prevê ações, com o período do programa de dois anos. A prioridade será às ações de curto prazo e menor custo, mas fica para o município essa proposta de médio, longo prazo para que faça a implantação, conforme for necessário ou oportuno. Que será feito o monitoramento dos resultados das ações implementadas. A Urbam tem sido bastante parceira, inclusive, no começo do mês, a equipe de consultores estiveram na usina para coletar informações e fazer o entendimento de algumas ações. Neira passa a palavra para o colega Túlio, da consultoria da Vita-Vita Engenharia, para trazer para a plenária, quais são os nossos próximos passos de contribuição desse conselho para o programa. Tulio compartilha a tela com os conselheiros, que representa a equipe técnica de consultores, está a frente desse trabalho de modelagem de gestão para resíduos sólidos urbanos para o município. A equipe técnica está basicamente representada pela Virgínia, João Pedro e o Miguel da Infinity Tech, ele e a Isabela da Vita Engenharia e Consultoria Ambiental e Ana e Aline também das empresas nessa reunião. Esse projeto nasce com algumas bases, sendo essas principais bases, a própria política nacional de resíduos sólidos, a lei 12.305 de 2010, e a partir dessa lei, é preciso destacar alguns conceitos bastante importantes para esse projeto em si. O conceito de RSU, o foco nesse projeto são os resíduos sólidos urbanos, entrar nas especificidades de resíduos da construção civil, resíduo de serviço de saúde ou industriais; focando nos RSU. Tem como base, a lógica da responsabilidade compartilhada pelos ciclos de vida dos produtos. Isso se alinha muito bem à lógica como um todo do Projeto Circularidade. Que o olhar específico para essa responsabilidade compartilhada vai ser na cadeia de reciclagem e na cadeia de logística reversa, no que diz respeito às responsabilidades e aos limites da participação do poder público. As ações e a proposição de olhar para esse projeto, especificamente, são para aquilo que é de responsabilidade sob essas cadeias do poder público. Além desses, conceitos que nascem da política nacional, existem alguns outros conceitos importantes. O conceito da economia circular se pautava em uma economia que seja restaurativa e regenerativa, buscando



então, fechar o máximo possível do ciclo produtivo, diminuindo cada vez mais a geração de resíduos, o consumo de recursos energéticos garantindo assim, que se caminhe em direção à sustentabilidade. Que o município de São José dos Campos tem a certificação, importante que se leve em conta também esses conceitos de cidades inteligentes e sustentáveis de acordo com as NBRs. Além disso, é base também para os objetivos do desenvolvimento sustentável, preconizados pela ONU, a partir da agenda 20 e 30. Os principais objetivos desse projeto têm como principal, reduzir o volume de resíduos encaminhado para o aterro sanitário. Então, as ações vêm em diálogo às ações da Urbam, em diálogo às ações que as cooperativas já tem feito no município. O segundo objetivo é aumentar o engajamento e a participação da população, não só no processo de segregação de resíduos, mas na participação da gestão de resíduos sólidos no município como um todo. E, quando a se fala que o município tem uma cobertura de 100%, não significa que 100% da população faça segregação ideal nas suas residências, na fonte. Então, ter cobertura de 100% é diferente de ter um engajamento de 100% da população. Por isso, esse objetivo é bastante importante, um destaque para esse objetivo e o Comam vai ser bastante importante para as ações. E o terceiro objetivo, está num aspecto mais administrativo e mais de gestão integrada. Então, integrar a gestão administrativa, financeira e operacional do município, garantindo elementos de governança, infraestrutura, sustentabilidade e elementos de tecnologia que vão conseguir fazer com que se avance no cenário do município. Quando se fala no cenário do município, já resgata um pouco da metodologia. Então, brevemente, a metodologia é dividida para esse projeto em quatro etapas: o diagnóstico, um prognóstico, planejamento estratégico e um monitoramento. O diagnóstico, basicamente, a fotografia, onde São José dos Campos; um prognóstico de onde chegar com a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no município, o planejamento estratégico para chegar onde se quer e o que deve ser feito, e o monitoramento ao longo desse projeto, o que estará alcançando e evoluindo. Então, brevemente, no cronograma de projeto, já foi feita as primeiras etapas de sistematização de informações, onde está na compilação de dados. Ainda está sendo feito o levantamento de campo e finalizando a etapa de diagnóstico. No planejamento e no plano de trabalho, foram delimitados os limites do estudo e a indicação dos responsáveis. Já partindo para a sistematização de dados secundários e a definição do referencial teórico, já houve contato com os interlocutores das diferentes secretarias, dos diferentes âmbitos de governança no município, atores também da sociedade civil. E, vai ser bastante importante a participação do Comam nesse momento para identificar, inclusive, outros atores sociais que sejam interessantes de dialogar. Que já está sistematizado esses dados primários, reuniões com as secretarias, visitas técnicas em

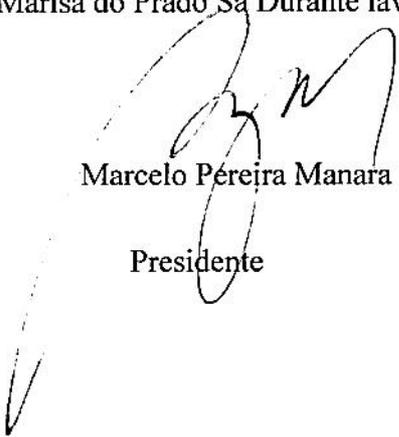
ecopontos do município, nos Pevs, na central de triagem, no principal prédio público do município, no Paço Municipal para nesse momento finalizar o diagnóstico. Após será a modelagem e a estruturação das alternativas de RSU para o município, a partir da ferramenta matriz SWOT, onde serão identificadas as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças do município. Após serão construídos os pilares dessa modelagem para conseguir apresentar, posteriormente, as soluções ou alternativas de soluções para os principais desafios encontrados, gargalos no diagnóstico e na identificação de alternativas. A seguir a etapa de aplicação das ações, feita em comum acordo com o poder público municipal em diálogo com os atores que fazem parte dessa cadeia de gestão de resíduos. O importante é o diálogo cada vez mais fino para que a seja identificado ações que sejam possíveis de implementar e possíveis de monitorar durante esse período. Assim, finalizada a implementação e o monitoramento, será apresentado os resultados desse trabalho a partir dessas reuniões com os gestores e líderes dos setores. Que seria interessante algumas ações serem financiadas ou fundamentadas pelo próprio fundo municipal, entendendo que o projeto financiado pela ABDI é o projeto de consultoria e não o projeto de aplicação das ações. Então, seria interessante identificar se existe uma possibilidade de parceria por meio também do Fundo Municipal de Meio Ambiente. E que, a compostagem para o município é um dos pilares do programa, quando se olha essa redução de envio de material para o aterro sanitário. Tulio agradece a atenção de todos e se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos, dúvidas e comentários. Presidente Manara agradece Neiara e Tulio e como sugestão inicial já vão incluir o Comam no "stakeholders" na governança do projeto. O Comam é um colegiado tradicional, bastante participativo, múltiplo, com representantes de segmentos, com a experiência, o conhecimento de cada conselheiro, entidades, instituições que promovem várias ações. Que, o Comam, obviamente, é uma central de informações importantes para essas coletas e aplicação da metodologia do Projeto Circularidade. E, já respondendo a questão do FUMCAM, hoje é um fundo robusto, que dispõe de recurso, inova também porque são lançadas provocações para a sociedade através de editais. E, a compostagem pode entrar no próximo edital como uma provocação para que as entidades apresentem bons projetos. Então, é um fundo estruturado com controle social, com participação, com o vigor da plenária de um conselho de mais de 40 anos. Com a palavra o vice-presidente Jeferson que parabeniza o trabalho e que vai bater numa tecla novamente, quando é mencionada a questão da lei municipal, a 4.607, educação ambiental. Que, possui uma maquete ambiental do Vale do Paraíba junto com a equipe da SEURBS de educação ambiental com o Luciano. E quando esse projeto foi elaborado na ONG Vale Verde de 2002/2003, foi disponibilizada em algumas

escolas, uma bela maquete ambiental que conta a história do Vale do Paraíba, de 1.500 até os dias atuais. E essa maquete, essa ferramenta de educação ambiental, ela proporciona essa questão macro, como ela lida Serra da Mantiqueira, Vale e Litoral Norte, essa compreensão dessa dinâmica de gestão de resíduos. Parabeniza toda a equipe pelo projeto. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law que parabeniza Neira e Tulio pela proposta, e que coincidentemente, lançou essa campanha sem saber desse projeto, dessa proposta, desse trabalho que o Parque Tecnológico está desenvolvendo. Que o grupo tem muito a contribuir e a somar. Com a palavra conselheiro Fabiano Porto que para complementar o contexto da reunião, que esse Projeto da Circularidade, ele também contempla a implementação de políticas SG e empresas da Cadeira Espacial aqui de São José dos Campos, a qual o Instituto Regeneração Global, estão liderando esse trabalho. Que visitou as empresas da Cadeira Espacial e fizeram diagnósticos, entrevistas, entenderam todos os processos produtivos, visitaram muitas fábricas de usinagem, material composto. Que, agora estão na etapa de devolutiva desse diagnóstico realizado nessas dimensões, e vão elaborar um plano de ação, acompanhamento da empresa e o projeto de 15 meses que vai caminhar junto com esse projeto de olhar a gestão como um todo; olhando os geradores, focados nessa cadeia importante em São José. Parabeniza Neira e Túlio pelo fantástico trabalho, e diz que é um prazer estar junto nessa caminhada. Presidente Manara agradece Fabiano pela contribuição encerra lembrando a Neira e ao Túlio, que ainda teremos em breve, para agosto, tomado posse e as câmaras técnicas, a câmara técnica de resíduos sólidos, vão poder também entrar em contato e enfim, para poder acompanhar e colaborar com esse importante projeto. Presidente segue com a pauta passando a palavra para Cláudio Scalli da Agência Ambiental que também parabeniza Neira e Tulio e equipe técnica por esse belo projeto e espera contribuir e sugere que voltem ao Comam das próximas etapas para mostrar o avanço desse projeto. Dando continuidade, se apresenta como secretário executivo da Agência Ambiental Vale do Paraíba e vai apresentar os primeiros resultados dessa trajetória inovadora no cenário brasileiro. Agência de licenciamento ambiental nesse formato, sediada em São José dos Campos com seis municípios. O Consórcio Agência Ambiental Vale do Paraíba, foi criado na gestão do Felício, ainda quanto prefeito, antes da sua saída para candidato ao governo do estado de São Paulo. Agradece o Comam, o trabalho do Manara e ao Felício, porque se não fossem os dois não teria o surgimento da agência. Um trabalho árduo de quase um ano, antes de começar realmente o trabalho na agência. O consórcio público é Intermunicipal em conformidade a lei federal 11.170 de 2005. Já havia vários consórcios públicos antes desse período, porém, havia dúvidas, conflitos jurídicos sobre a existência do consórcio.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Manara' and there are some initials above it.

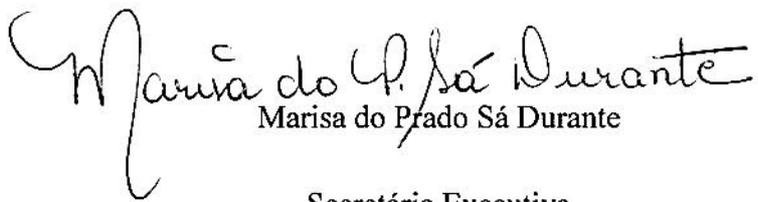
Principalmente, se o município poderia delegar aos consórcios, atribuições que eram dos municípios, para contratar e executar o serviço. Então, a lei 11.107, ela veio para esclarecer e pacificar todas as questões jurídicas da existência do consórcio. O consórcio foi criado de um protocolo de intenções assinado pelos prefeitos. O objetivo do consórcio é seguir a lei complementar 140, que regulamenta a questão do sistema de licenciamento ambiental do município. A deliberação normativa CONSEMA 01/2018, regulamenta no estado de São Paulo, a questão do licenciamento municipal e dentro das suas atribuições, as competências e as capacidades dos municípios e estrutura que precisa ter. Que, todos os municípios licenciados, consorciados à agência, habilitado para fazer o alto impacto, ou seja, o nível mais alto da municipalização do licenciamento. Algumas cidades como Tremembé, Jambuí, Monteiro Lobato, São José, Santo Antônio do Pinhal, Paraibuna, assinaram nesse período de 2021, os protocolos de intenções e em dezembro de 2022, foi feita a primeira assembleia dos prefeitos constituindo o consórcio e constituição da agência. Paralelamente a todo esse trabalho, construção de pessoa jurídica, nomeação do secretário, nomeação do secretário executivo, diretoria, processo seletivo para contratação, foi feito todo um diagnóstico dos municípios, da legislação para que pudessem ser habilitados para poder ser feito o licenciamento. O sistema de licenciamento da agência, ele é todo automatizado, não tem um papel, ninguém precisa ir até a agência para fazer procedimento a não ser que tenha algumas dúvidas, algumas questões. São 10 municípios que assinaram e aprovaram o projeto na câmara, outros quatro municípios assinaram o protocolo de intenções na época, e não conseguiram, por algum motivo aprovar nas suas câmaras que seria Bananal, Jacareí, Pindamonhangaba e São José do Barreiro. Outros municípios interessados, Caçapava, Campos do Jordão, Guará, Lorena, Mogi, Santa Branca, São Luís de Parintinga, Roseira e Ubatuba. Para fazer o licenciamento de alto impacto, ter o conselho municipal, ter o sistema de fiscalização, as normas próprias, os técnicos, o conselho ou a agência, a solução para questão do consórcio. Que hoje a agência tem 11 técnicos, sistema de fiscalização e através do nosso portal, tem os próprios técnicos que fazem a fiscalização. As vantagens dos municípios é a celeridade, a viabilidade ao CTE, TCFA, taxa que poderá estar recebendo, autonomia municipal, taxas de desenvolvimento e uma fiscalização. Uma das vantagens do consórcio é a questão que, todas as compensações ficam para o município, as taxas ficam no município, as multas ficam no município e tem o direito, por todo município licenciador, receber uma TCFA. Por exemplo, São José dos Campos, segundo essa estimativa, tem por volta de oito milhões ano para estar recebendo essa TCFA. Que a agência está aguardando que a Secretaria de Infraestrutura de Meio Ambiente do Estado libere esse recurso por conta

que é legalmente recebido e a fiscalização é por competência dos municípios. Que se fosse o licenciamento do estado, as taxas de inscrições, multa, compensações vão para o estado e não ficam no município. A agência já emitiu até a data de hoje 164 licenças, foram realizados o diagnóstico de cada município e as legislações que cada um deveria e precisa ter para ser habilitado. Presidente Manara agradece Cláudio Scalli pela condução da agência, uma concretização de uma jornada que envolveu quebra de paradigma. O processo de construção de uma jornada conjunta. Parabeniza o Cláudio, porque na figura dele, o comando muito importante nessa consolidação e toda a equipe altamente competente. Informa que o CONFICS, que preside junto com o Jeferson vice-presidente do COMAM, é também uma inovação, não existe nenhuma estrutura no estado de licenciamento que tem um mecanismo de controle social como esse. Além disso, também inova no mecanismo, com senha atribuída ao Ministério Público no GAEMA, que pode entrar em todos os processos, garantindo a legitimidade e a transparência. Que, os conselheiros podem solicitar do CONFICS conhecer do processo em curso, do processo de licenciamento ou do licenciamento concedido. Então, uma agência que nasce, moderna, dinâmica e com muita transparência e controle social, a questão da celeridade é uma consequência, não o propósito. O propósito é garantir, na mesma forma que a licença da CETESB, a segurança jurídica do ato que se chama licenciamento ambiental. Nada mais a tratar Presidente agradece a todos e encerra a presente plenária e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva